

# Negociação da dívida em 87 não será fácil<sup>Externa</sup>

**Roberto Garcia**  
Correspondente

Washington — As esperanças de maior tranquilidade na frente econômica externa para permitir que o governo brasileiro enfrente complicados desafios internos em 1987 não devem ser exageradas, advertem observadores internacionais do Brasil. Eles assinalam que apesar de ter conseguido algumas vitórias significativas recentemente, o governo Sarney entrará o novo ano com vários de seus velhos problemas ainda não resolvidos e numa posição mais vulnerável do que em janeiro passado.

Entre as vitórias importantes está a decisão dos governos credores do Brasil no Clube de Paris de abandonar sua insistência num acordo com o FMI para reescalonar a dívida do país. Mas altos funcionários do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e do Eximbank — o organismo de financiamento de exportações americanas que é o credor do Brasil no Clube de Paris — afirmam que por não ter um acordo com o Fundo, não deve receber o tratamento mais generoso reservado aos que se submetem à disciplina da instituição. A dívida dos países que entraram num acordo com o FMI foi reescalada por prazos de até dez anos, mas o Brasil não deveria esperar mais que 5 ou 6 anos, afirmam esses funcionários.

Se no reescalonamento da dívida daqueles países estavam incluídos tanto o principal quanto os juros, no caso do Brasil apenas o principal terá mais prazo para pagamento. Finalmente, outros países reescalaram não só montantes atrasados mas também os que venceriam no ano seguinte. Sem FMI, só os atrasados de 85 e 86 ficam sujeitos à negociação. É possível que a posição dura dos Estados Unidos seja temperada por outros credores da Europa e pelo Japão, mas os americanos escalados para representar seu país em Paris, a partir de 18 de janeiro, dizem que suas instruções são inflexíveis. Se a posição americana prevalecer, portanto, a vitória brasileira terá sido conseguida a um preço caro.

Outra vitória importante foi a recomendação do Conselho de Política Econômica da Casa Branca, para que o presidente Reagan dê mais seis meses de prazo aos seus negociadores conseguirem um acordo na disputa da informática. O governo americano fazia quatro exigências ao governo brasileiro, mas resolveu abandonar duas delas. As duas que ficam são as mais importantes e têm a ver com a proteção dos direitos autorais de programas de computador e com a licença para associação entre empresas

estrangeiras e nacionais na elaboração de programas.

Nesse caso, a vitória estaria em afastar por seis meses a imposição de novas barreiras às exportações brasileiras para o mercado americano. Mas para não dar a impressão de que está fazendo concessões contínuas a um governo que trata injustamente empresas americanas, Reagan imporá alguns obstáculos novos aos produtos de exportação do Brasil. Além de não conceder nenhuma facilidade nova aos exportadores brasileiros, a Casa Branca reduzirá a lista de produtos isentos de qualquer tarifa no mercado americano.

Outras vitórias são ainda mais relativas. É o caso, por exemplo, da eleição do candidato francês a diretor-gerente do FMI. Michel Camdessus ganhou apertado e sabe que se o Brasil não lhe tivesse dado seu voto ele perderia para o candidato holandês. Em seu mandato de cinco anos, ele poderá mostrar sua gratidão com uma posição flexível em relação ao Brasil.

Funcionários de instituições internacionais acham que o governo Sarney perdeu uma oportunidade de ouro quando deixou de chamar uma missão do FMI logo depois de anunciar o Plano Cruzado. Na época, o mundo financeiro estava agradavelmente surpreso com o sucesso do plano e o relatório do Fundo não poderia ser mais entusiástico. A inflação tinha caído verticalmente, o Brasil estava acumulando elevados superávits comerciais e as reservas continuavam confortáveis. Com base nesse relatório, dizem esses funcionários, o Brasil possivelmente teria conseguido melhor acordo de reescalonamento desde a crise da dívida em 1982.

Os efeitos positivos do Cruzado diminuíram com o passar dos meses. O governo elevou o déficit público, queimou reservas para importar e suspendeu exportações a fim de encher as prateleiras dos supermercados. Tudo para criar um clima de euforia pré-eleitoral que os observadores internacionais consideraram muito efêmero.

Em janeiro, o Brasil enfrentará seus credores governamentais e privados com reservas de divisas substancialmente reduzidas, os menores superávits comerciais dos últimos anos e com a contínua ameaça de barreiras no principal mercado de suas exportações. Para conseguir manter a unidade da coligação de partidos que o sustenta no poder, o maior trunfo do presidente Sarney nessas negociações será essa maior base de apoio político. Funcionários do governo americano temem que esse trunfo seja usado para confrontação.